

6ª Controladoria Técnica

**RELATÓRIO TÉCNICO CONTÁBIL
RTC 66/2013**



PROCESSO: 2231/2012
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI
EXERCÍCIO: 2011
AGENTES RESPONSÁVEIS: EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES – PREFEITO
OTÍLIA MARIA ESTEVAM MOCELIM - CONTADORA
CONSELHEIRO RELATOR: SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Ao Secretário de Controle Externo da 6ª Controladoria Técnica,

Conforme determinação de V. S.^a, à folha 2246, procedemos à análise do presente processo de Prestação de Contas Anual e relatamos o que segue:

1. ANÁLISE CONTÁBIL

1.1. CONFERÊNCIA DOCUMENTAL

1.1.1. QUANTO À FORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL

A Prestação de Contas Anual está composta pelas Demonstrações Contábeis e demais documentos exigidos pela Resolução TC n. 182/02 e pela Lei n. 4.320/64.

1.1.2. ASSINATURA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

Averiguando a documentação apresentada, constata-se que a mesma está devidamente assinada pelo gestor atual, o Sr. Edson Figueiredo Magalhães e pela contadora responsável, a Sr^a. Otília Maria Estevam Mocelin, CRC-ES 007690/0-2.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROCOLO Nº



1.1.2. CUMPRIMENTO DE PRAZO

A Prestação de Contas Anual foi encaminhada ao TCEES, através do OFÍCIO Nº 107/2012, assinado pelo Prefeito Municipal, sendo atuada em 30 de março de 2012, estando, portanto, dentro do prazo regimental, consoante art. 105 da Resolução TC 182/2002.

1.2. ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA

1.2.1. DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO 12)

O Balanço Orçamentário Consolidado do município do exercício de 2011 (fls. 179) englobando os dados da Prefeitura, Câmara Municipal e IPEG (Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari) está demonstrado conforme quadros a seguir.

Demonstração do Orçamento

Créditos Orçamentários e Suplementares	R\$	210.727.777,68
(+) Créditos Especiais	R\$	2.988.104,04
(=) Despesa Fixada	R\$	213.715.881,72

Demonstração da Despesa

Confrontando-se a Despesa Fixada com a Executada constata-se que houve Economia Orçamentária no exercício, conforme demonstrado a seguir:

Despesa Fixada	R\$	213.715.881,72
(-) Despesa Executada	(R\$	180.250.514,70)
(=) Economia Orçamentária	R\$	33.465.367,02

Resultado Orçamentário:

No confronto entre a Receita Orçamentária Arrecadada e a Despesa Orçamentária Executada, conforme demonstrado a seguir:

Receita Arrecadada	R\$	192.883.530,40
(-) Despesa Orçamentária Executada	(R\$	180.250.514,70)
(=) Superávit Orçamentário	R\$	12.633.015,70

1.3. BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO 13)

A disposição do Balanço Financeiro está de acordo com o que preceitua o Anexo 13 da Lei 4.320/64, demonstrando, portanto, os saldos que se transferem para o exercício seguinte.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLADO Nº 1016

1.3.1. Saldo do Exercício Anterior – Disponível no Balanço Financeiro/2011 divergente do saldo registrado no Disponível no Balanço Patrimonial/2010.

Base Legal: artigos 101 e 103 da Lei 4320/64.

O Município de Guarapari findou o exercício de 2011 com um Disponível de R\$ 69.738.052,69, conforme evidenciado no Balanço Financeiro (fls.181).

Entretanto, o Balanço Financeiro do exercício de 2011 registra no grupo Disponível, saldo do exercício anterior de R\$ 53.414.804,71, enquanto o Balanço Patrimonial do exercício de 2010, contabiliza em 31/12/2010 um Disponível de R\$ 53.519.278,86, havendo dessa forma, uma divergência de R\$ 104.474,15 entre os saldos de encerramento e abertura dos exercícios nos Balanços Patrimoniais dos anos de 2010 e 2011.

Diante do exposto, solicitamos ao gestor que apresente justificativas e/ou esclarecimentos/documentos que julgar necessários acerca da divergência apontada.

1.3.2. Análise das Conciliações e Extratos Bancários

Constatou-se que o Município de Guarapari encerrou o exercício de 2011 com um Disponível de R\$ 69.738.052,69 conforme registros contábeis evidenciados no Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Balancete Consolidado.

1.3.2.1. Pagamento de tarifa bancária por uso indevido de transação bancária

Base Legal: art. 37 da CF/88 – Princípio da Eficiência

Em análise a conta bancária nº 14.670.095, às fls. 601, consta pagamento de tarifa bancária no valor de R\$ 5.500,00, sobre a emissão do cheque nº 00042 no valor de R\$ 5.000.000,00, sendo que esta quantia movimentada há a adoção de utilização de TED bancária.

Assim, necessário o envio dos extratos dos outros meses, pois só consta o do mês de dezembro/11, para conferência.

Diante do exposto, solicitamos ao gestor que apresente justificativas e/ou esclarecimentos/documentos que julgar necessários acerca das divergências apontadas.

1.4. BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é integrado pelos Resultados do Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Dívida Fundada e Dívida Flutuante, conforme demonstrado a seguir:

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

1.4.1. Divergência na composição patrimonial da conta Saldo Patrimonial

Base Legal: artigo 85 da Lei Federal nº 4.320/64.

Constatamos divergência entre a composição patrimonial apurada na análise e o apresentado no Balanço Patrimonial da conta Saldo Patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

SALDO PATRIMONIAL	
Saldo Patrimonial/2010	185.003.451
(+) Superávit Patrimonial/2011 - fls. 188	64.852.304
(=) Saldo Patrimonial/2011 (A)	249.855.755
Saldo Patrimonial - Anexo 14 (B) (fls. 184)	274.101.090
Divergência (B - A)	(24.245.335)

Diante do exposto, solicitamos ao gestor que apresente justificativas e/ou esclarecimentos/documentos que julgar necessários acerca da divergência apontada.

1.5. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ANEXO 15)

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciou as alterações no patrimônio resultantes e independentes da execução orçamentária demonstrando o resultado patrimonial do exercício, conforme disposições do Anexo 15 da Lei nº 4.320/64.

1.6. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FUNDADA (ANEXO 16)

Observou-se que os saldos apresentados no demonstrativo da Dívida Fundada conferem com a movimentação apresentada no Anexo 15 e os saldos para o exercício seguinte demonstrados no Anexo 14, conforme disposições do Anexo 16 da Lei 4.320/64.

1.7. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (ANEXO 17)

Observamos que os saldos apresentados no demonstrativo da Dívida Flutuante conferem com a movimentação apresentada no Anexo 13 e os saldos para o exercício seguinte demonstrados no Anexo 14, conforme disposições do Anexo 17 da Lei 4.320/64.

2. APURAÇÃO DOS LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

2.1. LIMITE DE DESPESAS COM PESSOAL

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROCOLO Nº



2.1.1 - Receita Corrente Líquida - RCL

- Base Legal: Inciso IV, § 1º e 3º do artigo 2º da Lei Complementar 101/00

Dos levantamentos efetuados, constatou-se que o município em análise obteve a título de **Receita Corrente Líquida** o montante de **R\$ 185.883.280,64**. De posse da RCL, foram feitas as averiguações a respeito do quantum despendido pelo município para gastos com Pessoal e Encargos, conforme segue:

2.1.2. PODER EXECUTIVO

- Base Legal: artigo 20, inciso III, alínea “b” e 22, parágrafo único da Lei 101/00

Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que o Poder Executivo canalizou em despesa de pessoal e encargos sociais o montante de **R\$ 65.894.750,59**, resultando, desta forma, numa aplicação de **35,45%** em relação à receita corrente líquida apurada para o exercício.

Concluimos, portanto, que o Poder Executivo, **cumpriu** os limites máximo e prudencial estabelecidos nos artigos 20, inciso III, alínea “b” e 22, parágrafo único da Lei Complementar nº 101/00, conforme demonstrado a seguir:

PODER EXECUTIVO	
Total da despesa líquida com pessoal	65.894.750,59
Receita corrente líquida – RCL	185.883.280,64
% do total da despesa líquida com pessoal sobre a RCL	35,45%
Limite legal (alínea “b” do inciso III do art. 20 da LRF) - <54%>	100.376.971,55
Limite prudencial (§ único do art. 22 da LRF) - <51,30%>	95.358.122,97

2.1.3. DESPESA CONSOLIDADA –(EXECUTIVO/LEGISLATIVO)

- Base Legal: Artigo 19 da Lei Complementar 101/00

Quanto a Despesa com pessoal consolidada (Poderes Executivo e Legislativo), foi apurado um dispêndio de **R\$ 70.344.323,30** correspondente a **37,84%** da Receita Corrente Líquida (**Doc 01**). Conclui-se que **foram cumpridos** os limites legal e prudencial estabelecidos na Lei 101/00, conforme demonstrado a seguir:

EXECUTIVO/LEGISLATIVO	
Total da despesa consolidada com pessoal	70.344.323,30
Receita corrente líquida – RCL	185.883.280,64
% do total da despesa com pessoal sobre a RCL	37,84%
Limite legal (inciso III do art. 19 da LRF) - <60%>	111.529.968,38
Limite prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - <57%>	105.953.469,96

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROCOLO Nº

1016

EM: 27 ABR. 2018

PROCOLO Nº 1016



2.2. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

- **Base Legal:** art. 60, inc. XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (alterado pela Emenda Constitucional 53/2006)

2.2.1. REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma aplicação de 72,10% da cota-parte recebida do FUNDEB, na remuneração do magistério da educação básica, estando, portanto, **de acordo** com o estipulado na Constituição da República, abaixo demonstrado:

2.2.2 - APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Base Legal: art. 212 da Constituição da República de 1988.

Foi constatado, a partir da análise dos dados encaminhados, que a Administração Municipal aplicou **22,27%** das receitas de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino, **descumprindo** o preceito constitucional.

Diante do exposto, solicitamos ao gestor que apresente justificativas e/ou esclarecimentos/documentos que julgar necessários acerca do efetivo cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal/1988.

2.3. APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

- **Base Legal:** Artigo 77, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República de 1988 (Incluído pela Emenda Constitucional nº 29/2000)

Conforme análise das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis, foi apurada uma despesa própria em saúde equivalente a **26,16%** da receita de impostos e transferências legais e constitucionais, estando, **portanto, em acordo** com o estipulado na Constituição da República, e a seguir demonstrado:

2.4 – REPASSE DE DUODÉCIMOS AO LEGISLATIVO

2.4.1. Repasse inferior ao limite estabelecido na Constituição Federal/1988.

Base Legal: art. 29 – A, da CRF/88.

Do exame dos números demonstrados pela Prefeitura em sua prestação de contas anual - exercício de 2011 constatou-se contabilizado na conta **Transferências Financeiras Concedidas** - Câmara Municipal - Duodécimo o montante de R\$ 5.787.017,33, sendo este valor idêntico ao contabilizado na

prestação de contas anual da Câmara Municipal de Guarapari na conta **Transferências Financeiras Recebidas - Repasse Recebido - Câmara Municipal**.

O limite constitucional máximo estabelecido no Inc. II, do art. 29-A, da Constituição Federal corresponde a **R\$ 5.826.508,34**. Entretanto, o duodécimo transferido pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo Municipal em 2011 importou em **R\$ 39.491,01** a menor, por tanto em **desacordo** com o estipulado na Constituição da República.

Diante do exposto, solicitamos ao gestor que apresente justificativas e/ou esclarecimentos/documentos que julgar necessários acerca do efetivo cumprimento do disposto no artigo art. 29 - A, inc. II, da CRF/88.

3. CONCLUSÃO

Examinada a Prestação de Contas da **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPARI**, referente ao exercício de 2011, sob a responsabilidade do **Sr. EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**, Prefeito Municipal, e da Sr^a **OTÍLIA MARIA ESTEVAM MOCELIM**, Profissional da Contabilidade, formalizada conforme disposições do art. 127, da Resolução TC 182/02, diante das inconsistências lançadas nos itens abaixo relacionados, sugerimos nos termos do art. 63 da LC 621/12:

- **CITAÇÃO**, do **Sr. EDSON FIGUEIREDO MAGALHÃES**, para apresentar justificativas e/ou documentos sobre os fatos relatados nos itens 1.3.1, 1.3.2.1, 1.4.1, 2.2.2 e 2.4.1 deste relatório; e
- **CITAÇÃO**, da Sr^a **OTÍLIA MARIA ESTEVAM MOCELIM**, para apresentar justificativas e/ou documentos sobre os fatos relatados nos itens 1.3.1, e 1.4.1 deste relatório.

Vitória-ES, 09 de abril de 2013.


RONALDO SANDRINI
AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO
MATRÍCULA 203.187

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO N.
1016

RECEITAS - DADOS



Conta Contábil	Receita (pelo valor bruto)	Exercício Anterior	Exercício em Exame	Verificação
RECEITAS BASE DE CÁLCULO PARA RCL E LIMITE DO PODER LEGISLATIVO				
1.0.0.0.00.00	RECEITA CORRENTE TOTAL		199.289.874,81	199.289.874,81
1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL		50.979.429,50	
2.0.0.0.00.00	RECEITA DE CAPITAL TOTAL	40.446.457,88	50.979.429,50	
DIVERSAS RECEITAS BASE DE CÁLCULO E AJUSTES PARA LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				
IMPOSTOS				
1.1.1.2.02	IPTU		17.536.746,25	
1.1.1.2.08	ITBI		7.685.039,87	
1.1.1.3.05	ISS		11.262.277,22	
1.1.1.2.04	IRRF		3.489.767,34	
TRANSFERÊNCIAS				
1.7.2.1.01.02	FPM	24.825.976,55	30.082.993,59	
1.7.2.1.01.05	ITR	122.636,98	56.693,89	
1.7.2.2.01.04	ICMS - Desoneração Exportações	362.446,23	465.850,75	
1.7.2.1.36.00	ICMS	171.465,36	177.700,56	
1.7.2.2.01.01	IPVA	13.321.592,64	18.174.047,47	
1.7.2.2.01.13	Cota Parte Contrib. Interv. Dom. Econ. - CIDE	8.211.716,08	8.788.267,03	
1.7.6.0.00.00	Transferências de Convênios	263.351,99	314.978,39	
1.7.2.4.01.00	Cota-Parte Recebida do FUNDEB		118.499,35	
1.7.2.1.01.32	Cota-Parte IOF Ouro		43.576.724,84	
CONTAS REDUTORAS PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB				
9.1.7.2.1.01.02	Conta Redutora - FPM		5.780.874,04	
9.1.7.2.1.01.05	Conta Redutora - ITR		11.338,60	
9.1.7.2.1.36.00	Conta Red. - ICMS - Des. Export.		35.540,04	
9.1.7.2.2.01.01	Conta Redutora - IPVA		166.057,54	
9.1.7.2.2.01.04	Conta Redutora - ICMS		3.304.463,02	
9.1.7.2.2.01.02	Conta Redutora - IPTU		1.753.681,97	
OUTRAS				
1.2.20.29.00	Contrib. P/ Cust. Ilum. Públ.	7.683.902,76	8.152.276,01	
1.9.90.99.02	Cota Municipalização		-	
1.9.1.1.38.00	Multas e Juros de Mora - IPTU	89.382,12	83.946,57	
1.9.1.1.39.00	Multas e Juros de Mora - ITBI		-	
1.9.1.1.40.00	Multas e Juros de Mora - ISS	22.548,67	66.672,54	
1.9.1.1.02.yy	Multas e Juros de Mora - IRRF		-	
1.9.1.3.11.00	Multas e Juros de Mora - DA - IPTU	295.777,04	259.387,27	
1.9.1.3.12.00	Multas e Juros de Mora - DA - ITBI	1.360,08	-	
1.9.1.3.13.00	Multas e Juros de Mora - DA - ISS	712,18	729,05	
1.9.1.3.02.yy	Multas e Juros de Mora - DA - IRRF		-	
1.9.3.1.00.00	Dívida Ativa Tributária	1.289.145,84	1.221.912,87	
1.9.3.1.xx.yy	Dívida Ativa de Impostos		360.769,16	
1.9.3.1.11.00	Dívida Ativa do IPTU		860.238,17	
1.9.3.1.12.00	Dívida Ativa do ITBI		-	
1.9.3.1.13.00	Dívida Ativa do ISS		905,34	
1.9.3.1.01.yy	Dívida Ativa do IRRF		-	
Diversos	Demaís Recursos Vinculados		19.332.756,62	
Diversos	Demaís Receitas Correntes		28.463.607,83	
1.3.2.5.01.02	Aplicações Financeiras (FUNDEB)		79.115,19	
1.3.2.5.01.05	Aplicações Financeiras (MDE)		124.232,94	
1.3.2.5.01.03	Aplicações Financeiras (Fundo de Saúde)		212.452,74	
1.3.2.5.01.06	Aplicações Financeiras (Rec. Próprios Saúde)		-	
1.7.2.4.02.00	Complementação de União ao FUNDEB		-	

Fonte: Planilha de 2010 Fonte: fls. 07...da PCA

PROC. TC 2230112

Fis. TC. 2254

RECEITAS	CLASSIF. CONTÁBIL	ADM. DIRETA	AUTARQUIAS	FUNDOS	FUNDAÇÕES	TOTAIS
CORRENTES	1000.00.00	199.289.874,81	-	-	-	199.289.874,81
Tributárias	1100.00.00	50.979.429,50	-	-	-	50.979.429,50
Contribuições	1200.00.00	12.779.286,55	-	-	-	12.779.286,55
Patrimonial	1300.00.00	7.579.523,19	-	-	-	7.579.523,19
Agropecuária	1400.00.00	-	-	-	-	-
Industrial	1500.00.00	-	-	-	-	-
Serviços	1600.00.00	5.124,72	-	-	-	5.124,72
Transferências	1700.00.00	125.414.922,86	-	-	-	125.414.922,86
Outras	1900.00.00	2.531.587,99	-	-	-	2.531.587,99

Fonte: fl. 013 da PCA/Consolidada

RECEITAS	DENOMINAÇÃO DAS EMP PÚBLICAS OU SOC. DE ECON. MISTA	TOTAIS
Receitas Operacionais		
Vendas	-	-
Financeiras	-	-
Outras Eventuais	-	-
Receitas Não Operacionais		
Subvenções Econômicas Recebidas	-	-
Subvenções Econômicas Recebidas	-	-
Outras Receitas Não Operacionais	-	-
TOTAL GERAL		

MUNICÍPIO:	Guarapari
EXERCÍCIO:	2011

Legenda de Cores:

- Dados apurados (preenchidos pela Equipe);

- Dados Calculados pela Planilha;

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTÓCOLO Nº 1016

ANEXO 2



PROC. TC 223112

Fis. TC. 2255

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Município: **Guarapari**

Exercício: **2011**

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL (R\$)
RECEITAS CORRENTES	199.289.874,81
Receita Tributária	50.979.429,50
Receita de Contribuições	12.779.286,55
Receita Patrimonial	7.579.523,19
Receita Agropecuária	-
Receita Industrial	-
Receita de Serviços	5.124,72
Transferências Correntes	125.414.922,86
Outras Receitas Correntes	2.531.587,99
RECEITAS PRÓPRIAS - EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	-
DEDUÇÕES	13.406.594,17
Contrib. Plano Seg. Social Servidor	-
Servidor	-
Patronal	-
Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários	-
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	11.121.955,21
IRRF Inc. sobre a Rem. Paga aos Serv. Públicos do Poder Legislativo	72.706,83
IRRF Inc. sobre a Rem. Paga aos Serv. Públicos do Poder Executivo	2.211.932,13
Receita de Transferência p/ PSF e PACS	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	185.883.280,64

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO Nº

1016

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Município: Guarapari

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2011

PROC. TC 223112
Fls. TC. 2258



RREO ANEXO X (Lei 9.394/96, art. 72)

RECEITAS DO ENSINO

(R\$)

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS		REALIZADAS
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS		41.225.709,62
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		18.740.318,26
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU		17.536.746,25
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU		83.946,57
Dívida Ativa do IPTU		860.238,17
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU		259.387,27
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> - ITBI		7.665.039,87
Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> - ITBI		7.665.039,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI		-
Dívida Ativa do ITBI		-
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI		-
- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		11.330.584,15
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		11.262.277,22
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS		66.672,54
Dívida Ativa do ISS		905,34
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS		729,05
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		3.489.767,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		3.489.767,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF		-
Dívida Ativa do IRRF		-
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF		-
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		57.745.553,29
2.1 - Cota-Parte FPM		30.082.993,59
2.2 - Cota-Parte ICMS		18.174.047,47
2.3 - ICMS-Desoneração - LC nº 87/96		177.700,56
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação		465.850,75
2.5 - Cota-Parte ITR		56.693,89
2.6 - Cota-Parte IPVA		8.788.267,03
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro		-
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)		98.971.262,91
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO		REALIZADAS
4 - TRANSFERÊNCIAS DO FNDE		-
4.1 - Transferências do Salário Educação		-
4.2 - Outras Transferências do FNDE		-
5 - TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO		-
6 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADAS A EDUCAÇÃO		-
7 - OUTRAS RECEITAS DESTINADAS A EDUCAÇÃO		-
8 - TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7)		-
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB		REALIZADAS
9 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB		11.121.955,21
9.1 - Cota-Parte FPM Destinadas ao FUNDEB (16,66% de 2.1)		5.760.874,04
9.2 - Cota-Parte ICMS Destinadas ao FUNDEB (16,66% de 2.2)		3.394.463,02
9.3 - Cota-Parte ICMS-Desoneração Destinadas ao FUNDEB (16,66% de 2.3)		35.540,04
9.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinadas ao FUNDEB (16,66% de 2.4)		166.057,54
9.5 - Cota-Parte ITR Destinadas ao FUNDEB (6,66% de 2.5)		11.338,60
9.6 - Cota-Parte IPVA Destinadas ao FUNDEB (6,66% de 2.6)		1.753.681,97

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO Nº

1016

10 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		43.654.839,73
10.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB		43.575.724,54
10.2 - Complementação da União ao FUNDEB		-
10.3 - Cota Municipalização		-
10.4 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	203.348,13	79.115,19
11 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (10.1 - 9)		32.453.769,33
[Se Resultado Líquido da Transferência (11) > 0 = Acréscimo Result. da Transferência FUNDEB]		
[Se Resultado Líquido da Transferência (11) < 0 = Decréscimo Result. da Transferência FUNDEB]		
DESPESAS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - FUNDEB		REALIZADAS
12 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		31.477.222,98
12.1 - Com Educação Infantil		5.775.311,71
12.2 - Com Ensino Fundamental		25.701.911,27
13 - MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUC. BÁSICA (12 / 10) * 100%		72,10%
CÁLCULO DO LIMITE COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		REALIZADAS
14 - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO MDE (25% * 3)		24.742.815,73 -
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		REALIZADAS
SUBFUNÇÕES COMPUTÁVEIS - MDE		54.700.241,71
15.1 - Despesas Custeadas com Educação Infantil, Ensino Fundamental, Especial, Jovens e Adultos e Adm. Geral		54.700.241,71
16 - SUBFUNÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS - MDE		-
16.1 - Desp. Custeadas Ensino Médio, Superior, Profissional e Outras		-
17 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (15 + 16)		54.700.241,71
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE CONSTITUCIONAL		REALIZADAS
18 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB		32.453.769,33
19 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-
20 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		-
21 - RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		203.348,13
22 - DESPESAS COM OUTRAS FONTES DE RECURSOS VINCULADAS (Convênios, Sal. Educação, etc.)		-
23 - TOTAL DA DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITES CONSTITUCIONAIS (18 + 19 + 20 + 21 + 22)		32.657.117,46
- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO [(15) - (23) / (3)] * 100%		22,27%

$$15 - 23 = 22.043.124,25 : 3 \times 10 = 22,27\%$$

PROC. TC. 223112

Fis. TC. 2259

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO Nº

1016

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município: Guarapari

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Exercício: 2011



RREO ANEXO XVI (ADCT, Art. 77)

RECEITAS	REALIZADAS
Receitas de Impostos	40.725.335,27
Impostos	39.953.830,68
Dívida Ativa de Impostos	360.769,16
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos e da Dívida Ativa de Impostos	410.735,43
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	57.745.553,29
Cota-Parte FPM (100%)	30.082.993,59
Transf. Financ. ICMS-Desoneração - LC nº 87/96 (100%)	177.700,56
Cota-Parte ICMS (100%)	18.174.047,47
Cota-Parte IPI-Exportação (100%)	465.850,75
Cota-Parte ITR (100%)	56.693,89
Cota-Parte IOF-Ouro (100%)	-
Cota-Parte IPVA (100%)	-
TOTAL	8.788.267,03
	98.470.888,56
DESPESAS COM SAÚDE (POR SUBFUNÇÃO)	
	LIQUIDADAS
Atenção Básica	19.437.834,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.203.821,86
Suporte Profilático e Terapêutico	-
Vigilância Sanitária	2.327.865,64
Vigilância Epidemiológica	-
Alimentação e Nutrição	-
Administração Geral	-
Outras Subfunções	-
TOTAL	25.969.521,81
DEDUÇÕES DA DESPESA	212.452,74
(-) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA - CONTAS BANCÁRIAS DA SAÚDE	212.452,74
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	-
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	-
Recursos de Operações de Crédito	-
Recursos de Convênios	-
Outros Recursos	-
(-) DESPESAS GLOSADAS - NATUREZA INDEVIDA	-
(-) RPP A PAGAR CANC. - VINC. À SAÚDE/RPP INSCRITOS SEM DISP. FINANCEIRA	-
ACRÉSCIMOS À DESPESA	-
(+) * DESPESA COM CONTR. PREVIDENCIÁRIAS DOS ENTES ESTATAIS	-
(+) DESPESAS INCLUÍDAS	-
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE	25.757.069,07
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL	26,16%

* De acordo com o Art. 12 caput e Parágrafo Único da Resolução TCEES 196/2004

PROC. TC. 223112
 Fis. TC. 2260

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO Nº

1016

ANEXO 3



PROC. TC 2231/12

Fls. TC. 226

Câmara: Guarapari
Exercício: 2011

Quadro Demonstrativo II
Limites Constitucionais Máximos

DESCRIÇÃO	REF. LEGAL	R\$
-----------	------------	-----

Subsídios de Vereadores**Limitação Total**

Receitas Municipais - Base Referencial Total	item 29. QD I	158.137.685,69
% Máximo de Comprometimento com Subsídios	art 29, VII, CF	5,00%
Limite Máximo de Gastos com Subsídios Totais	Cálculo TCEES	7.906.884,28

Limitação Individual

Subsídio do Deputado Estadual - Base Referencial Individual	item 30. QD I	12.384,00
% Máximo de Correlação com Subsídio do Dep. Estadual	art 29, VI, CF	50,00%
Limite Máximo Perceptível para Subsídio de cada Vereador	Cálculo TCEES	6.192,00

Gastos com Folha de Pagamento

Total de Duodécimos (Repases) Recebidos no Exercício	item 28. QD I	5.787.017,33
% Máximo de Gasto com Folha de Pagamento	art 29-A, §1º, CF	70,00%
Limite Máximo Permitido de Gasto com a Folha de Pagamento	Cálculo TCEES	4.050.912,13

Gastos Totais do Poder

Receitas Tributárias e Transferências de Impostos - Ex. Anterior	item 27. QD I	97.108.472,36
% Máximo de Gasto do Legislativo - cfe dados populacionais	item 26. QD I	6,00%
Limite Máximo Permitido de Gastos do Poder - exceto Inativos	Cálculo TCEES	5.826.508,34

39494,01

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO Nº

1016



PROC. TC 2231/12

Fis. TC. 2262

Câmara: Guarapari
Exercício: 2011

Quadro Demonstrativo VI
Verificação do Cumprimento dos Limites Máximos Constitucionais

DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	R\$
Subsídios de Vereadores		
Limitação Total		
Gasto Total com Subsídios dos Vereadores	QD IV	701.747,66
Limite Máximo de Gastos com Subsídios Totais	QD II	7.906.884,28
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(7.205.136,62)
	%	-91,12%
Limitação Individual		
Gasto Individual com o Subsídio	QD IV	3.600,00
Limite Máximo Perceptível para Subsídio de cada Vereador	QD II	6.192,00
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(2.592,00)
	%	-41,86%
Gastos com Folha de Pagamento		
Total da Despesa Legislativa com Folha de Pagamento	QD IV	3.731.246,84
Limite Máximo Permitido de Gasto com a Folha de Pagamento	QD II	4.050.912,13
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(319.665,29)
	%	-7,89%
Gastos Totais do Poder		
Gasto Total do Poder Legislativo, exceto Inativos	QD III	5.786.955,66
Limite Máximo Permitido de Gastos do Poder - exceto Inativos	QD II	5.826.508,34
Saldo Financeiro a ser Deduzido do Gasto Total *		-
Aplicação em Atenção ao Limite Constitucional	R\$	(39.552,68)
	%	-0,68%

* De acordo com o Parecer-Consulta TCEES n° 11/2002

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLADO

1016

ANEXO 3

Câmara: Guarapari
Exercício: 2011



Quadro Demonstrativo I Apuração das Bases Referenciais dos Limites de Gasto do Legislativo

Dados Preliminares

Receitas e Despesas Arrecadada Contabilizada até 31 de dezembro				em Reais	
Item	Conta Contábil	Imposto	Exercício Anterior	Exercício em Exame	
RECEITA TRIBUTÁRIA TOTAL			40.446.457,86	50.979.429,50	
1	1.1.0.0.00.00	Receita Tributária Total	40.446.457,86	50.979.429,50	
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS			47.279.185,81	58.060.531,68	
2	1.7.2.1.01.02	FPM	24.825.976,55	30.082.993,59	
3	1.7.2.1.01.05	ITR	122.636,98	56.693,89	
4	1.7.2.1.01.12/ 1.7.2.2.01.04	IPI	362.446,23	465.850,75	
5	1.7.2.1.09.01	ICMS - Desoneração Exportações	171.465,36	177.700,56	
6	1.7.2.2.01.01/ 1.7.2.2.01.03	ICMS	13.321.592,64	18.174.047,47	
7	1.7.2.2.01.02	IPVA	8.211.716,06	8.788.267,03	
8	1.7.2.2.01.13	Contrib. Intrev. Dom. Econômico - CIDE	263.351,99	314.978,39	
OUTRAS DE ORIGEM TRIBUTÁRIA			9.382.828,69	9.784.924,11	
9	1.2.20.29.00	Contrib. P/ Cust. Ilum. Públ.	7.683.902,76	8.152.276,01	
10	1.9.1.1.02.03	Multas e Juros de Mora - IRRF	-	-	
11	1.9.1.1.38.00	Multas e Juros de Mora - IPTU	89.382,12	83.946,57	
12	1.9.1.1.39.00	Multas e Juros de Mora - ITBI	-	-	
13	1.9.1.1.40.00	Multas e Juros de Mora - ISS	22.548,67	66.672,54	
14	1.9.1.3.02.00	Multas e Juros de Mora - DA - IRRF	-	-	
15	1.9.1.3.11.00	Multas e Juros de Mora - DA - IPTU	295.777,04	259.387,27	
16	1.9.1.3.12.00	Multas e Juros de Mora - DA - ITBI	1.360,08	-	
17	1.9.1.3.13.00	Multas e Juros de Mora - DA - ISS	712,18	729,05	
18	1.9.3.1.00.00	Dívida Ativa Tributária	1.289.145,84	1.221.912,67	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES				37.305.065,85	
19	Diversos	Demais Recursos Vinculados		19.332.756,62	
20	Diversos	Demais Receitas Correntes		17.972.309,23	
RECEITAS CAPITAL				2.007.734,55	
21		Receita de Capital Total		2.007.734,55	
22		TOTAL	97.108.472,36	158.137.685,69	

Item	Demais Dados Adicionais	REFERÊNCIA	Exercício em Exame
23	Total de Duodécimos (Repasses) Recebidos	Movimento Extra-Contábil	5.787.017,33
24	Valor do Subsídio Mês percebido pelo Deputado Estadual	Lei Autorizativa Específica	12.384,00
25	% Máximo de Correlação com Subsídio do Deputado - cfe população	art. 29, inc. VI, CF	50,00%
26	% Máximo de Gasto do Poder Legislativo - cfe população	art. 29-A, CF	6,00%

PROC. TC 2238/12
Fls. TC. 2263

Bases Referenciais

Exercício sob Exame

Base Referencial por Limite	Fundamentação Legal	Itens para Apuração	R\$
27 Gastos Totais do Poder	Art. 29-A (art. 2º, EC 25)	22/E	97.108.472,36
28 Gastos c/ Folha de Pagamento	§ 1º, Art. 29-A (art. 2º, EC 25)	23	5.787.017,33
Gastos c/ Subsídios			
29 Total	Art. 29, inc. VII, CF	22/F	158.137.685,69
30 Individual	Art. 29, inc. VI, CF	24	12.384,00

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2018

PROTOCOLO Nº

1016




6ª CONTROLADORIA TÉCNICA

Ao Servidor,

Ronaldo Ferreira Sandrini, matrícula 203.187, para elaboração de Instrução Técnica Inicial.

Em 10 de Abril de 2013.



Fabiano de Oliveira Cruz
Secretário de Controle Externo
6ª Controladoria Técnica

CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

EM: 27 ABR. 2013

PROTOCOLO Nº

1016

Recebido em 10/04/13

Ronaldo Ferreira Sandrini

Devolvido em 10/04/13

Ronaldo Ferreira Sandrini